

Marcílio pede ao Congresso a aprovação do protocolo

GAZETA MERCANTIL

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, espera que o Congresso "examine com todo o cuidado e aprove" o protocolo do acordo feito entre o governo brasileiro e os bancos credores para o pagamento de juros da dívida externa. Ele foi pessoalmente ao Congresso, ontem, para entregar o documento ao presidente da Casa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Num encontro com o presidente da Câmara e lideranças políticas, o ministro acertou que voltará ao Legislativo no dia 27 de junho, para fazer uma ampla exposição sobre a política econômica do governo.

Ontem mesmo o acordo foi lido no plenário do Senado. Segundo o senador Mauro Benevides, a comissão de assuntos econômicos começará a discutir o documento na próxima terça-feira. De acordo com o ministro Marques Moreira, a aprovação do texto será "um primeiro passo" para a normalização das relações com a comunidade financeira internacional, além de atrair mais investimentos externos para o País.

Marques Moreira acha difícil o Brasil conseguir um tratamento igual àquele obtido pela Polônia junto ao Clube de Paris (perdão de 50% da dívida). Além de participar de uma sessão solene no plenário da Câmara, no dia 27, ele ficou de acertar um horário para discutir o problema da dívida com os membros da co-

missão de assuntos econômicos. O ministro comentou que a conversão da dívida externa em investimentos no País (que aconteceu entre 1987 e 1988) foi positivo porque reduziu o estoque da dívida em dólar, mas também teve um lado negativo, por ter provocado a expansão monetária. Para ele, o Brasil deve tentar resistir a isso, como o México vem fazendo.

CRUZADOS

No encontro com o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Marcílio Marques Moreira foi questionado pelo líder do PDS, deputado Victor Faccioni (RS), sobre o recuo na possibilidade de o governo liberar cruzados para o pagamento do Imposto de Renda. Segundo Faccioni, o ministro disse que o problema foi de ordem jurídica. A consultoria do Ministério da Economia entendeu que o governo não poderia discriminar os demais poupadores que têm recursos em cruzados novos nem poderia liberar o dinheiro apenas para o pagamento do Imposto de Renda, discriminando os demais impostos.

Para Faccioni, um refluxo como esse "é desgastante" para o o governo, mas ele compreendeu as razões do ministro. De modo geral, os líderes governistas não esconderam a frustração do recuo na decisão. Eles tratariam do assunto numa reunião que aconteceria ontem à noite com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

(Ver página 21)